



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO MISTO TC Nº 13134/12

CONTROLE DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL –
PENSÃO – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS –
REGULARIDADE DOS CÁLCULOS DO BENEFÍCIO – ATO
EXPEDIDO POR AUTORIDADE COMPETENTE - LEGALIDADE DO
ATO CONCESSÓRIO – CONCESSÃO DO REGISTRO.

ACÓRDÃO AC1 TC 2092/ 2016

1. DADOS SOBRE A PENSÃO:

1.1. BENEFICIÁRIO E NATUREZA DO BENEFÍCIO:

IVANE LEITE DE ANDRADE	Vitalícia
-------------------------------	------------------

1.2. SERVIDOR(A) FALECIDO(A):

1.2.1. Nome: **IRACILDO JOSÉ DA SILVA**

1.2.2. Matrícula: **83.152-2**

1.2.3. Cargo: **Agente Administrativo**

1.3. ATO CONCESSIVO:

1.3.1. Data: **14/10/2009**

1.3.2. Órgão e data de publicação: **Diário Oficial do Estado de 21/10/2009**

1.3.3. Autoridade Emitente: **Presidente da PBPREV, João Bosco Teixeira**

2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: a **DIAPG** concluiu, após análise de defesa¹ (fls. **37/40**) pela legalidade da pensão, razão pela qual sugeriu o registro do ato concessório, formalizado pela Portaria de fls. 19.

3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: oral, na sessão, em harmonia com a **Unidade Técnica de Instrução**.

4. VOTO: considerando o relatório da Auditoria e a análise dos autos, concluo que o processo está devidamente instruído, o beneficiário preencheu os requisitos legais à percepção do benefício, o ato foi expedido por autoridade competente e os cálculos estão corretos, de modo que Voto pela legalidade do ato e pela concessão do competente registro.

ACORDAM, à unanimidade, os integrantes da **PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato, expedido por autoridade competente, em favor do beneficiário apto e do correspondente cálculo, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se. - Sala das Sessões da Primeira Câmara do TCE/PB
Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 07 de julho de 2016.

jtosm

¹ A Auditoria havia concluído, às fls. 25/26, pela notificação da autoridade responsável para que adotasse as providências no sentido de enviar a cópia do procedimento de aposentadoria do falecido, necessário de acordo com o art. 6º, alínea "d", da Resolução TC nº 103/98.

Em 7 de Julho de 2016



Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
PRESIDENTE



Cons. Marcos Antonio da Costa
RELATOR



Luciano Andrade Farias
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO